

## PSICOLOGIA E FORMAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS DE EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Dr<sup>a</sup>. Marilene Zazula Beatriz Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr<sup>a</sup>. Maria Luisa Carvalho - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

[marilene.zazula@hotmail.com](mailto:marilene.zazula@hotmail.com); [mluisacarvalho@utfpr.edu.br](mailto:mluisacarvalho@utfpr.edu.br)

GT1 – Processos Educativos em Economia Solidária

### **Resumo**

Este trabalho tem por objetivo discutir as contribuições da Psicologia para a formação de trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários situados em Curitiba, Região Metropolitana, Vale da Ribeira e Litoral do Paraná, a partir da experiência de oficinas de formação realizadas junto aos mesmos que ocorreram no período de 2009 a 2012. A formação destes/as trabalhadores/as ocorreu dentro da Feira Universitária de Economia Solidária. Ao todo foram 08 feiras e 07 semanas de formações com uma média de participação de 15 empreendimentos econômicos solidários e de 20 trabalhadores/as. As demandas das oficinas foram levantadas junto ao grupo a partir das avaliações realizadas ao final de cada evento. A Psicologia insere-se no contexto da Economia Solidária no sentido de contribuir para a superação das dificuldades de formação e qualificação, e especialmente no que diz respeito à construção de uma subjetividade pautada nos valores da Economia Solidária.

## **Psicologia e formação dos/as trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários**

### **Introdução**

A Economia Solidária consiste em diversas modalidades de organizações econômicas (associações, cooperativas, empresas de autogestão) constituídas a partir da livre associação dos/as trabalhadores/as, geridas a partir dos princípios de autogestão, cooperação, distribuição de riqueza e solidariedade. Nesse sentido, propõe-se a romper com a lógica capitalista, por meio da abolição da divisão entre trabalhadores/as e meios de produção, trabalho e capital, produção e apropriação.

A Economia Solidária (Ecosol) surgiu como uma resposta dos/as trabalhadores/as à crise das relações de trabalho, ao aumento da exclusão social e às grandes mazelas do atual sistema capitalista (MTE, 2014). Entretanto, os conceitos de desenvolvimento e eficiência na Economia Solidária não são pautados apenas em aspectos econômicos, mas ressaltam principalmente as questões humanas e sociais, o respeito ao meio ambiente, tendo como foco não a acumulação, mas o atendimento das necessidades elementares, a busca do bem viver para todos, a promoção da autonomia, do reconhecimento e da inserção social. Destaca-se ainda que a Economia Solidária promove a combinação de atividades econômicas com atividades culturais e educativas, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a comunidade na qual se insere (ARRUDA, 2003).

Do projeto à prática, a Economia Solidária encontra diversos obstáculos, dentre os quais as baixas escolaridade e qualificação profissional de seus/suas trabalhadores/as haja vista que, em sua maioria, são oriundos/as de camadas pobres e excluídas do acesso à educação de qualidade e às profissões mais qualificadas. Outra dificuldade, diz respeito ao fato desses/as trabalhadores/as, vivendo em uma sociedade capitalista, ao ingressarem na Economia Solidária trazerem consigo valores ideológicos liberais arraigados, como o individualismo, não sendo fácil a substituição por valores como a cooperação (MELO NETO, 2006). O enfrentamento dessas dificuldades requer uma educação continuada desses trabalhadores, educação esta que no Brasil é alicerçada na Educação Popular de Paulo Freire.

A Psicologia insere-se nesse contexto no sentido de contribuir, a partir de seus saberes e práticas, para a superação das dificuldades de formação e qualificação, e

especialmente no que diz respeito à construção de uma subjetividade pautada nos valores da Economia Solidária. Ao mesmo tempo em que contribui para a consolidação dos empreendimentos econômicos solidários, a inserção da Psicologia nesse campo, amplia as possibilidades da atuação e construção de saberes do (a) psicólogo (a) no que diz respeito ao contexto do trabalho, abrindo possibilidades distintas das práticas e dos saberes tradicionais vinculados à Psicologia Organizacional, tradicionalmente associados à organização capitalista do trabalho. Nesse sentido, a partir do referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica, o presente trabalho tem por objetivo discutir as contribuições da Psicologia para a formação de trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários a partir de uma experiência de oficinas realizadas junto a trabalhadores/as de empreendimentos situados em Curitiba, Região Metropolitana, Vale da Ribeira e Litoral do Paraná, que ocorreram no período de 2009 a 2012, e fizeram parte de um projeto de extensão promovido pelo curso de Psicologia de uma universidade privada no Estado do Paraná.

### **Economia solidária e psicologia**

A Economia Solidária é definida como uma nova forma de produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para o bem-viver, fazendo isto de modo não exploratório, mas pautado na solidariedade e na autogestão. A solidariedade envolve o reconhecimento, o respeito e acolhimento do outro como parte intrínseca de cada indivíduo; a co-responsabilidade que vai além do mero cumprimento de deveres, mas envolve uma postura ativa de quem acolhe o outro porque este lhe é diferente e complementar, a divisão de responsabilidades e conseqüências. Para Lisboa (2003) e Spink (2008), a solidariedade envolve valores como a partilha, a reciprocidade e a comunicação dialógica. Complementarmente, autogestão tem como premissa que não há empregadores/as e empregados/as, mas cooperados/as, que são co-responsáveis pelas ações cotidianas e estratégicas, tomando-se decisões de forma coletiva e democrática, uma vez que todos/as tem direito a voto.

A Economia Solidária teve sua origem no cooperativismo operário do século XIX, mas ressurgiu no final do século XX em decorrência da precarização do trabalho e aumento drástico do desemprego devido ao neoliberalismo. Assim, as entidades de apoio e

de fomento (Cáritas, MST, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Agência de Desenvolvimento Solidário, Fundação Unitrabalho, Universidades, entre outros) que promovem a Economia Solidária priorizam a organização de empreendimentos econômicos solidários constituídos por trabalhadores/as excluídos/as do mercado de trabalho formal. Apesar dessa priorização, e da busca da promoção da inclusão por meio da geração de trabalho e renda, a Economia Solidária emerge como uma alternativa de organização produtiva de trabalhadores/as, realizada de forma coletiva, democrática e solidária cujo objetivo é mais amplo e contempla a superação do sistema capitalista (ARRUDA, 2003; NASCIMENTO, 2006).

No entanto, o que se observa de fato é que os empreendimentos econômicos solidários encontram diversas dificuldades para se consolidarem, tais como alcançar níveis de eficiência na produção e comercialização comparáveis aos da economia capitalista (SINGER, 2002; TOMÉ, 2005), o que poderia ser atenuado e/ou superado pela criação de redes solidárias que integrem cadeias de fornecedores, produtores e consumidores ligados à Economia Solidária. Além disso, conforme já citado, predominam os baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional de seus/suas trabalhadores/as, (MELO NETO, 2006), o que requer políticas públicas, apoio de universidades e organizações civis.

Outro desafio refere-se à promoção, difusão e incorporação dos valores da Economia Solidária (cooperação, participação, etc), uma vez que, ao ingressarem nos empreendimentos econômicos solidários, os/as trabalhadores/as trazem arraigados fortes valores ideológicos liberais, o que se reflete em dificuldades nas relações entre os/as trabalhadoras e na autogestão, fazendo, não raro que no interior dos empreendimentos haja reprodução de relações hierárquicas e de dominação e uma projeção das responsabilidades no outro, ao invés de relações de solidariedade, igualdade, postura de sujeito e uma efetiva prática autogestionária (VERONESE & GUARESCHI, 2005; MELO NETO, 2006; MIRANDA, 2013). A partir da perspectiva da Psicologia Sócio-histórica, compreende-se essas dificuldades e contradições referentes à dimensão subjetiva, como decorrentes do fato do ser humano ser constituído a partir de sua atividade material, constituindo-se simultaneamente como objeto e sujeito de sua ação intencional. Assim, ao mesmo tempo que a autogestão requer e possibilita processos de subjetivação emancipatórios e solidários (VERONESE & GUARESCHI, 2005), igualmente, seus atores, ao estarem inseridos em uma sociedade capitalista, estão sujeitos aos modos de subjetivação individualistas e

massificadores. Portanto, as mudanças subjetivas não ocorrem de forma instantânea e estão sujeitas a avanços, retrocessos e contradições. Enfrentar esse desafio requer a realização de formação continuada dos/as trabalhadores/as.

A formação na Economia Solidária visa promover a construção coletiva de aprendizados políticos, estratégicos, econômicos, metodológicos e técnicos com a finalidade de qualificar e viabilizar os empreendimentos econômicos solidários em conformidade com seus valores e princípios. No Brasil, baseia-se na abordagem freiriana, segundo a qual “A Educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade” (FREIRE, 1979, p.15), que tem por objetivo a transformação social. Nesse sentido, a educação na Economia Solidária questiona os ditames da “educação bancária”, baseada na hierarquia dos saberes, na autoridade do/a educador/a sobre os/as educandos/as, na reprodução e não na criação do conhecimento e propõe uma pedagogia na qual educandos/ e educadores/as são sujeitos e definem o processo formativo a partir de um diagnóstico construído coletivamente (GADOTTI, 2009; SENAES, 2007).

A Economia Solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos, sendo as ações educativas baseadas na autogestão, na cooperação, na solidariedade, na compreensão da diversidade de sujeitos e de ações. Assim, a economia solidária, como uma forma cooperativa e não competitiva de produzir e reproduzir nossa existência, tem um componente educativo extraordinário. A educação para a cooperação e para a autogestão são imprescindíveis para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários uma vez que há que se questionar a mentalidade capitalista. (GADOTTI, 2009; TIRIBA, 2015).

A formação na Economia Solidária valoriza o saber popular, construído a partir de ações coletivas, em contraponto com as estratégias individualistas vigentes na sociedade capitalista. Esse reconhecimento do saber popular, não implica em uma idealização do mesmo, nem no abandono do saber formal. Os conhecimentos formais e teóricos são importantes a medida que possibilitam compreender melhor a realidade para transformá-la. Igualmente faz parte das reivindicações da Economia Solidária a luta pela educação escolar de qualidade para os/as trabalhadores/as dos empreendimentos econômicos solidários e para seus/as filhos/as. (GADOTTI, 2009; TIRIBA, 2015).

A formação em Economia Solidária é uma maneira concreta de apoiar e dar sustentabilidade aos empreendimentos econômicos solidários e deve contemplar várias dimensões e envolver todos seus atores uma vez que na autogestão todos participam das decisões. Assim, além de conhecimentos de autogestão e técnicos, a Economia Solidária requer uma formação política, uma vez que visa a autonomia e fortalecimento coletivo dos/as trabalhadores/as (GADOTTI, 2009; SENAES, 2007).

Um outro ponto-chave para a Economia Solidária é a formação cultural, uma vez que a autogestão implica em uma profunda mudança de valores, na construção de uma cultura solidária que valoriza a diferença. Assim, a formação dos trabalhadores da Economia Solidária precisa ser permanente uma vez que há sempre o risco dos/as trabalhadores/as se desvirtuarem dos princípios autogestionários, devido ao crescimento do empreendimento, à percepção da importância de adequação às mudanças do mercado, das inovações tecnológicas e da legislação, que acabam por burocratizar o sistema. Ou seja, é preciso não apenas uma formação técnica, mas uma mudança cultural e da subjetividade que não é fácil de ser alcançada, uma vez que, como assinalado, os/as trabalhadores/as da Economia Solidária estão inseridos/as em uma sociedade capitalista e sujeitos a seus valores e modos de subjetivação (ARRUDA, 2003; HAMASAKI, 2006, GADOTTI, 2009).

A Economia Solidária exige o desafio de re-educar as pessoas formadas no capitalismo. Porém, esse processo pedagógico não pode ser obtido meramente por meios teóricos, mas é preciso uma metodologia que congregue o pensar e o fazer, numa articulação ação-reflexão-ação. É nas experiências práticas, cotidianas, nas tomadas de decisão coletivas, na solidariedade vivida que os agentes aprendem o que é solidariedade, o que é autogestão, o que é economia solidária. Para além dos conhecimentos teóricos, é preciso construir valores, construir uma cultura solidária que valoriza a diferença (GADOTTI, 2009; SENAES, 2007).

A formação na Economia Solidária deve, portanto, envolver ações que promovam processos de subjetivação solidários e emancipatórios. Nesse sentido, Coutinho, Beiras, Picinin & Luckman (2005) destacam que a Economia Solidária proporciona uma ampla possibilidade de atuação dos/as psicólogos/as sociais e do trabalho à medida que podem contribuir para a escuta de vivências de prazer e sofrimento dos/as trabalhadores/as, desenvolver a consciência crítica, a autonomia e a solidariedade, re-significando a

identidade profissional do/a trabalhador/a e fortalecendo o vínculo grupal. Para os autores, o resgate da Psicologia Comunitária também é de grande valia, uma vez que historicamente esteve voltada aos grupos populares e minoritários que são os principais protagonistas da Economia Solidária.

A Psicologia insere-se nessa trajetória, a partir de uma perspectiva crítica, quando considera a centralidade do trabalho e sua importância na construção da subjetividade, mas que não se limita a questionar e denunciar o aprisionamento da subjetividade, a alienação e exploração dos/as trabalhadores/as pelo capitalismo, mas aponta para tentativas dos sujeitos de resistirem a tais processos, emancipando-se/empoderando-se, construindo, coletivamente, uma organização do trabalho que promova modos de subjetivação que valorizem a riqueza da diferença, da singularidade, por meio de novas formas de organização do trabalho como é o caso da Economia Solidária. Em sua atuação, o/a psicólogo/a deve estar atento/a para não reproduzir relações de dominação, ainda que de forma dissimulada, ocupando a posição de agente da libertação ou promovendo uma autonomia meramente individual que, ao contrário, pode agravar os efeitos do individualismo.

Salienta-se ainda que, ao se inserir na Economia Solidária, seja como pesquisador/a, seja como profissional, o/a psicólogo/a ao mesmo tempo que contribui, amplia seus saberes e práticas, em especial no que se refere a inserção da Psicologia no campo do trabalho, que historicamente pautou-se predominantemente numa perspectiva de cooperar para a mobilização subjetiva dos/as trabalhadores/as em prol dos interesses do capital.

Por fim, destaca-se que não há um consenso em relação à proposta da Economia Solidária e que a mesma tem sido alvo de críticas. Assim, ao mesmo tempo em que destaca a importância de ações de enfrentamento ao sistema do capital, Farias (2013) sustenta que a Economia Solidária não constitui nem uma nova economia e nem uma economia solidária, mas um conjunto diferenciado e heterogêneo de organizações (organizações coletivistas de produção associada), as quais possuem características autogestionárias que implicam, ao mesmo tempo, em rupturas e complementaridades no interior da forma de produção capitalista, mas não se constituem como nova forma de produção. Tais críticas são cruciais para que atores da Economia Solidária (pesquisadores/as, trabalhadores/as, etc) mantenham uma postura crítica e auto-reflexiva no sentido de julgar, discernir, pensar

sobre a realidade e sobre as próprias práticas e pressupostos, identificando suas dificuldades, limites e contradições, e buscando modos de superá-los, de modo a promover o avanço e fortalecimento da Economia Solidária.

### **Metodologia da formação dos/as trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários**

A formação dos/as trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários ocorreu dentro de um evento maior denominado de Feira Universitária de Economia Solidária.

A ideia da formatação de uma feira universitária iniciou-se pela participação da professora orientadora do estágio obrigatório em Psicologia Organizacional e do Trabalho, disciplina oferecida no último ano de formação do curso de graduação em psicologia - no movimento da Economia Solidária do Estado do Paraná, em especial no Fórum Estadual de Economia Solidária (CRUZ e ZAZULA BEATRIZ, 2011). Tal professora observou que uma das grandes dificuldades dos empreendimentos ali participantes era o escoamento da produção, pois por falta de condições financeiras e estruturais, apresentavam problemas para entrar e se manter no mercado tradicional.

Outra questão apontada foi a falta de formação em Economia Solidária, pois muitos empreendimentos estavam construindo sua história no movimento por meio de ações e práticas políticas e de participação ativa em fóruns e conferências sem, no entanto, passar por uma formação com debate e discussão sobre o tema. Neste sentido, a referida professora elaborou um projeto de feira de Economia Solidária e após os aceites e os devidos apoios formalizados dentro da Universidade, deu-se início a feira universitária de Economia Solidária em maio de 2009 e a partir da segunda edição, tornou-se um evento de Extensão permanente. É importante salientar que a Universidade em questão era privada e localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Os objetivos da feira foram: oportunizar o escoamento da produção e da prestação de serviços de inúmeros empreendimentos solidários de Curitiba, da região metropolitana, do Vale da Ribeira e do Litoral do Paraná; possibilitar a conscientização da comunidade acadêmica sobre tais práticas econômicas e sociais que privilegiam o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as

gerações futuras. E finalmente, o objetivo de propiciar uma semana de formação em Economia Solidária aberta aos empreendimentos econômicos solidários.

A Universidade possibilitou a organização e a operacionalização da Feira Universitária de Economia Solidária disponibilizando: espaço, eletricidade, água e segurança, sem ônus para os empreendimentos, além da divulgação na comunidade acadêmica e em seu entorno estimulando o comércio justo e o consumo consciente e ético. Para participar, o empreendimento deveria ser integrante ativo do Fórum Estadual de Economia Solidária e ou do Fórum Regional de Curitiba, região metropolitana, Vale do Ribeira e Litoral do Paraná.

O primeiro evento ocorreu durante a semana de comemoração de aniversário da Universidade, no período de 25 a 29/05/09. A segunda edição ocorreu em outubro deste mesmo ano. A terceira e a quarta edições também ocorreram nos meses de maio e outubro de 2010 e, assim, respectivamente em 2011 e 2012. Ao todo foram 08 feiras universitárias e 07 formações. A ideia era realizar um evento por semestre letivo.

O horário de funcionamento da feira para o público acadêmico e a comunidade em geral foi das 9h às 21h. Cada feira durou cerca de uma semana, ocorrendo nos períodos da manhã e da noite. As tardes foram dedicadas para a formação em Economia Solidária dos empreendimentos. Tal situação desenhou-se a partir da 2ª. edição, porque no turno da tarde havia uma queda de circulação de público pela feira e isto estimulou a criação do momento educativo, aproveitando-se para reunir o grupo e realizar a formação. As formações aconteceram sempre no período da tarde, em torno de 2 a 3 horas aula, totalizando uma carga horária média semanal de 15 horas aula por feira.

As demandas de cada oficina foram levantadas e negociadas junto ao grupo de trabalhadores (as) a partir das avaliações realizadas ao final de cada evento (feira), conforme pode ser observado na Tabela 01. Durante as sete formações obteve-se uma média de participação de 15 empreendimentos econômicos solidários e de 20 trabalhadores/as.

Neste sentido, o espaço da Universidade foi considerado apropriado, porque além de amenizar as questões supramencionadas, aproximou a discussão do movimento da Economia Solidária com o meio acadêmico.

O referido projeto de extensão iniciou-se vinculado ao Curso de Psicologia e envolveu, ao longo do tempo, outras áreas de conhecimento como: design de moda,

informática, administração, publicidade e propaganda, fotografia, estética, educação física, além do curso de pós-graduação em Formação Educação, Ambiente e Formação Humana para a Sustentabilidade, quer seja para atuar como oficinairos, quer seja para efetuar melhorias na feira de Economia Solidária (estrutura e logística, comunicação e divulgação, formação).

### **Apresentação e discussão dos resultados**

O objetivo deste trabalho foi discutir as contribuições da Psicologia para a formação de trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários a partir de uma experiência de oficinas realizadas junto a trabalhadores de empreendimentos situados em Curitiba, Região Metropolitana, Vale da Ribeira e Litoral do Paraná, que ocorreram no período de 2009 a 2012. Observou-se que cerca de 90% dos/as trabalhadores/as dos empreendimentos participantes das formações eram do sexo feminino. Em termos de forma de organização de trabalho 55% dos/as trabalhadores/as estavam organizados/as em grupos de trabalho informal, 18% em associações e 27% estavam divididos/as entre cooperativas e micro e pequenas empresas.

Estes empreendimentos contavam com uma grande diversidade de produtos como: bolsas bordadas, artesanato em filtro de café, fantoches, panos de prato, cachecóis, bonecas de pano, acessórios femininos, produtos rurais, além de uma variedade de doces e salgados das panificadoras comunitárias.

A demanda da primeira formação se deu pela iniciativa e observações de campo da professora do curso de Psicologia conforme comentado anteriormente, sendo realizada uma Mesa Redonda denominada de: “O Movimento da Economia Solidária no Brasil”. No entanto, a partir da segunda Feira percebeu-se a necessidade de se levantar os temas norteadores das formações junto ao grupo de trabalhadores/as participantes tornando-se, assim, uma construção coletiva.

**Tabela 01 – Programa de formação dos/as trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários durante feiras universitárias de Economia Solidária de 2009 a 2012.**

<b>DATAS</b>	<b>TEMAS TRABALHADOS NAS OFICINAS</b>	<b>OFICINEIROS PARCEIROS</b>
I Feira (05/2009)	Mesa redonda: O Movimento da Economia Solidária no Brasil	Representante de EES urbano, rural, entidade de apoio e gestor público no Fórum Estadual de Economia Solidária

II Feira (10/2009)	Consumo Consciente	Prof. Curso de Psicologia
III Feira (05/2010)	Cultura Solidária; Formação de Preços; Plano Nacional de Comercialização Solidária; Práticas Sustentáveis; Banco Comunitário	Alunos da pós-graduação de Educação, Ambiente e Formação Humana para a Sustentabilidade
IV Feira (10/2010)	Autogestão; Carta de Princípios da Economia Solidária; Formação de Preços	Prof. Administração
V Feira (05/2011)	Apresentação do Produto/Vitrinismo Integração e comunicação humana: feedback; Formação de preços; Iniciação a Fotografia	Prof dos cursos de: Design de Moda; Psicologia; Administração e Fotografia.
VI Feira (10/2011)	Acessórios e Criatividade; Apresentação Pessoal; Regimento Interno da Feira Universitária ; Redes Sociais; Integração do grupo	Prof. dos cursos de: Design de Moda; Psicologia; Informática e Estética.
VII Feira (05/2012)	Integração do grupo – dificuldades e pontos fortes; Falar em público; Qualidade de Vida e saúde;	Prof. dos cursos de Psicologia e Educação Física.
VIII Feira (11/2012)	Cooperativismo; Informática Básica e Redes Sociais	Prof Representante Gestor Público e Curso de Informática

Fonte: Relatórios finais de estágio obrigatório do curso de Psicologia de uma Universidade Privada do Estado do Paraná, no período de 2009 a 2012.

Conforme o demonstrado na Tabela 1, os temas das formações foram direcionados às três dimensões: relacional (cultura solidária, comunicação humana, integração de grupo, falar em público); técnica (formação de preços, vitrinismo, fotografia, informática, criatividade) e política (movimento da economia solidária, carta de princípios, entre outros).

Com relação à busca de profissionais parceiros para ministrar as referidas oficinas, a equipe de organização do evento constatou a dificuldade para se encontrar, dentre os/as professores/as da Universidade e os/as profissionais convidados/as, àqueles/as que tivessem a vivência e a compreensão dos princípios da Economia Solidária. Tal cuidado foi necessário para evitar que os temas fossem tratados sob a ótica do sistema capitalista. Ou seja, ao mesmo tempo em que se está buscando formar os/as trabalhadores/as de empreendimentos solidários, percebeu-se a falta de formadores/as preparados/as e a necessidade premente de se constituir uma rede de formadores em Economia Solidária.

No tocante a dimensão relacional da formação observou-se um elevado nível de conflito existente entre os/as trabalhadores/as dos empreendimentos. A origem de tais conflitos versou entre: a diferença de vivência de membros que já estão há muitos anos envolvidos com a Economia Solidária e aqueles que são iniciantes, diferenças estas tanto pela falta de conhecimento dos princípios da Economia Solidária por parte dos novos

integrantes, quanto pelo desânimo daqueles que há muito tempo lutam por políticas públicas; disputa de poder e rivalidades entre os empreendimentos econômicos solidários, no que concerne a aceitar novos/as integrantes tanto nos fóruns quanto nas feiras e, neste sentido, limitando a ampliação do movimento da Economia Solidária na região Metropolitana de Curitiba, Vale da Ribeira e do Litoral do Paraná. Além disso, apesar de haver disputa de poder entre os empreendimentos econômicos solidários e os demais atores sociais ligados ao Fórum Estadual e/ou Municipal de Economia Solidária, a saber: os gestores públicos e as entidades de apoio – a disputa maior concentra-se entre estes dois últimos. Percebe-se uma luta intensa por espaço social mais ampliado em detrimento do real motivo da existência do fórum que são os empreendimentos econômicos solidários. Tal situação levanta uma das contradições do movimento da Economia Solidária, ou seja, onde se deveria privilegiar a autogestão encontram-se, muitas vezes, posturas heterogestionárias advindas do sistema que o próprio movimento busca combater: o capitalista.

Com relação à formação da dimensão técnica é importante destacar a inexperiência e a fragilidade de alguns empreendimentos em relação à gestão, quando se percebeu que muitos trabalhadores/as demonstraram total falta de conhecimento em relação à formação de preço de seus produtos. Além disso, observou-se que apesar de os empreendimentos terem passado por várias semanas de formações houve baixo impacto na reformulação/atualização/melhoria da qualidade dos produtos de alguns deles, ocasionando baixa comercialização durante as feiras realizadas na universidade.

Na dimensão política, várias questões foram levantadas pelos/as trabalhadores/as para a efetivação do projeto político da Economia Solidária no Brasil, tais como as faltas de: crédito para os empreendimentos, apoio dos órgãos governamentais e condições para comercialização de seus produtos. Tais situações estão sendo discutidas no Fórum Brasileiro de Economia Solidária e também em instâncias governamentais como a Secretaria Nacional de Economia Solidária, baseados nos resultados advindos das duas Conferências Nacionais de Economia Solidária, realizadas nos anos de 2006 e 2010, respectivamente. Portanto, são situações que extrapolam o âmbito de decisão do empreendimento econômico solidário, mas que sem uma definição clara de políticas públicas acabam por prejudicar sobremaneira o dia a dia dos mesmos.

Com relação à participação dos empreendimentos econômicos solidários no Fórum Estadual e/ou Municipal de Economia Solidária, uma das trabalhadoras participantes da oficina pareceu ser a porta voz dos/as demais trabalhadores/as quando comentou: “A linguagem dos gestores e das entidades tem que ser a mesma dos empreendimentos. Os gestores querem falar pelos empreendimentos, acho que os empreendimentos devem ser ouvidos, os gestores não têm que dizer o que feirantes devem fazer”.

Ou seja, querem dizer que, como atores sociais do movimento da Economia Solidária, não sentem que possuem voz no fórum, sendo que o seu único direito é ouvir e acatar as decisões tomadas pelos gestores públicos e as entidades de apoio. Conforme já mencionado anteriormente, além da questão de disputa de poder clara entre tais atores sociais, há a manutenção dos trabalhadores como objeto das ações do fórum e não a busca de seu fortalecimento e emancipação. Outro comentário importante de um dos participantes foi:

[...] o mais incrível é que não estamos pedindo bolsa família, vale gás, etc., o que queremos é o direito de trabalhar e isso é que nos deixa indignadas, porque a forma da gente trabalhar é expondo nossos produtos, tendo um local que possamos sobreviver da Economia Solidária, porque atualmente todos tem que buscar outras fontes de renda. Não estamos pedindo esmola, apenas o direito de trabalhar.

Tais comentários remetem a afirmação de Demo (2003), de que o cerne mais duro da pobreza não se reduz à carência material, mas a exclusão social em não conseguir ser sujeito, uma vez que não envolve apenas a negação ao acesso aos meios de subsistência, mas impossibilita a autonomia emancipatória. Afirma o autor: “ser pobre não é apenas não ter, mas, sobretudo ser impedido de ter e, sobretudo de ser, o que desvela situação de exclusão injusta”( p. 38). Assim, não basta uma participação econômica, é necessária uma participação política.

Os/as trabalhadores/as comentaram que gostariam de ter feiras de Economia Solidária organizadas com o apoio dos gestores públicos, em pontos estratégicos da cidade, com boa circulação de pessoas para comercializarem seus produtos, além de divulgarem o que é a Economia Solidária à sociedade. Na opinião deles/as, isto beneficiaria muitos empreendimentos evitando a sua desistência do movimento da Economia Solidária por falta de estímulos e condições de trabalho e geração de renda, quando decidem procurar por emprego no mercado de trabalho ou atuar na economia informal. Tal fato enfraquece o

movimento da Economia Solidária enquanto desenvolvimento de políticas públicas e a implantação de um plano de desenvolvimento para o país.

### **Considerações finais**

Falar de Economia Solidária é falar [ou deixar de falar] de muitos pontos ao mesmo tempo. É um movimento que está em construção e isto por si só demonstra a complexidade e as contradições existentes e que são muitos difíceis de serem trabalhados sem uma definição clara do que se deseja enquanto sociedade. Apesar das Conferências Nacionais darem pistas sobre que tipo de sociedade os atores sociais envolvidos no movimento da Economia Solidária desejam, como por exemplo, “A Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento” e “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de maneira Sustentável” – lemas das 1ª. e 2ª. Conferências, respectivamente - isto não retrata ainda uma decisão estratégica e de desenvolvimento mais ampla e concreta da sociedade.

Este relato de experiência sobre a implantação das feiras de economia solidária e da formação de seus/suas trabalhadores/as demonstrou que existem muitas dimensões que precisam ser melhoradas pelo movimento, a saber: a relacional, a técnica e a política. Está-se falando de dentro para fora dos empreendimentos, mas também ficou bem demarcado que existem inúmeras questões estruturais e políticas que precisam ser trabalhadas em termos de políticas públicas. Questões relativas ao marco legal, ao subsídio governamental para o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários, a criação de redes solidárias e a formação propriamente dita, são alguns dos pontos a serem implantados.

Apesar dos/as trabalhadores/as da Economia Solidária demonstrarem falta de conhecimento amplo sobre a Economia Solidária percebeu-se que há clareza entre as diferenças fundamentais da Economia Solidária e do sistema econômico capitalista, colocando-se contrários a aspectos como a competitividade e a desvalorização do trabalho humano.

Percebeu-se também que apesar de tantas contradições e dificuldades os/as trabalhadores/as da Economia Solidária acreditam nos princípios da Economia Solidária, buscam por políticas públicas, disponibilizam-se para aprender, participam de encontros, fóruns, formações e conferências e crêem que uma economia baseada na solidariedade é possível de ser alcançada mesmo que seja para as próximas gerações.

A contribuição da Psicologia neste projeto de extensão foi criar um espaço de diálogo entre os/as trabalhadores/as de Economia Solidária e entre os/as mesmos/as e a comunidade acadêmica. Com relação ao espaço de diálogo entre os/as próprios/as trabalhadores/as, a Psicologia buscou ouvir as questões que facilitavam e as que dificultavam a coesão e o avanço dos empreendimentos econômicos solidários no contexto da realidade urbana em que viviam. A partir destes levantamentos, vários temas relacionais foram trabalhados buscando o desenvolvimento intrapessoal (autoconhecimento) de cada um/a dos/as trabalhadores/as, passando pelo desenvolvimento interpessoal, com o objetivo de se chegar a uma identidade grupal enquanto empreendimentos econômicos solidários que pudessem ter vez e voz nas reuniões dos fóruns de Economia Solidária (quer sejam municipais e/ou estaduais). Tudo isto visando a autonomia e a integração. A Psicologia buscou também aliar-se as outras áreas de conhecimento para que pudessem agregar ao movimento no que tange os conhecimentos técnicos e políticos tão necessários para a compreensão do processo de fortalecimento da Economia Solidária na região.

Porém, percebeu-se que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, precisa avançar em seus conhecimentos e atuações em termos do trabalho humano. Afinal, outra realidade se delinea e esta é a realidade dos atores sociais que buscam atividades que lhes tragam inclusão social, dignidade e cidadania.

São atores sociais que buscam escrever sua própria história, participam de movimentos sociais e lutam por políticas públicas. A Psicologia precisa estar atenta a estas demandas e, mais do que atenta, precisa estar envolvida e comprometida com as causas coletivas, neste caso, com a geração de trabalho e renda de forma associativa. É necessário compreender o funcionamento dos grupos sociais, da autogestão, das disputas de poder, do desenvolvimento de políticas públicas, do desenvolvimento local, de uma visão crítica da sociedade e do modo de organização do trabalho e da distribuição de renda. Ou seja, uma Psicologia voltada para interesses coletivos e que compreenda o movimento histórico dos grupos sociais, bem como suas condições atuais para superar as contradições do sistema econômico capitalista.

## Referências

Arruda, M. **Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

Bock, A. M.B. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia (pp.15-35). In Bock, A. M.B; Marcina, M. G & Furtado, O. (Orgs.) **Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001.

Coutinho, M. C.; Beiras, A., Picinin, D. & Luckmann, G. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia & Sociedade**; 17 (1): 17-28; jan/abr, 2005.

Cruz, G. C.; Zazula Beatriz, M. **Feira Universitária de Economia Solidária**. [Vídeo]. Curitiba, 2011. Extraído em 29 de março de 2013 de <http://www.youtube.com/watch?v=aUqH5deYf28>.

Demo, P. **A pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

**Economia Solidária. Outra economia acontece**: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

Farias, J. H. **As organizações coletivistas de produção associada e a autogestão social**, 2013. Recuperado de <http://eppeo.org.br/wp-content/uploads/2011/10/FARIA-As-OCPA-e-a-Autogest%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2014.

Freire, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

Gadotti, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

Hamasaki, A. M.; Silva, B. K. R.; Iaskio, E.L. S.; Figueira, F.F.; Vieira, G.M. R.; Marchi, L.; Bal, M. M.; Christiano, S. E.; Maier, V. A. **Documento Base: I Conferência Estadual de Economia Solidária do Paraná - “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”**. Curitiba, UFPR, 2006.

Lisboa, A. M. Empresa cidadã. In Cattani, A. D. (Org). **A outra economia**. (pp.143-148). Porto Alegre: Veraz, 2003.

Melo Neto, J. F. Educação popular em Economia Solidária [artigo]. In Associação nacional de pesquisa em educação (Org.). **Anais**, XIX Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação. Caxambu, MG: ANPED, 2006.

Miranda, G. Q. **Desafios da formação para a auto-gestão em empreendimentos de economia popular solidária**, 2013. Recuperado de <http://www.cieps.proex.ufu.br/artigos/formacao.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2014.

MTE. **As Origens recentes da economia solidária no Brasil**, 2014. Recuperado de <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm> Acesso em 29 de junho de 2014.

Nascimento, E. R. **Princípios da Economia Solidária**. Brasília, 2006. Recuperado de [http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/edson\\_toque7.pdf](http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/edson_toque7.pdf). Acesso em 15 de agosto de 2014.

SENAES. **Princípios e diretrizes metodológicas do processo formativo em economia solidária**. Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=460&Itemid=1](http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=460&Itemid=1)>. Acesso em 20 abril 2015.

Singer, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

Singer, P. **O impacto da crise no Brasil é “brutal”**, 2009. Recuperado de <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3609755-EI6579,00-Paul+Singer+Impacto+da+crise+no+Brasil+e+brutal.html>. Acesso em 20 de março de 2010.

Spink, P. Simpósio 2: redes solidárias, autogestão e solidariedade. redes solidárias, autogestão e solidariedade. In Guareschi, N., (Org.) *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 78-92. Recuperado de <http://books.scielo.org/id/hwhw6/pdf/guareschi-9788599662908-06.pdf>. Acesso em 11 de agosto de 2009.

Tomé, G. F. **Economia Solidária: Humanização Possível no Interior do Capitalismo?** In: CD do III Encontro Internacional de Economia Solidária: Desenvolvimento Local, trabalho e autonomia. São Paulo, 2005.

Veronese, M.V.& Guareschi, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. **Psicologia & Sociedade**; 17 (2): 58-69; maio/ago, 2005.

Tiriba, L. **Ciência econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação**, 2015. Disponível em: <  
[http://web.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Ci\\_ncia\\_econ\\_mica\\_e\\_saber\\_popular\\_1\\_1.pdf](http://web.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Ci_ncia_econ_mica_e_saber_popular_1_1.pdf)>. Acesso em 20 abril 2015.